



CENTRO TERRA VIVA
Estudos e Advocacia Ambiental

Monitoria do Licenciamento de Terras e Ambiental

O caso do Projecto Massingir Agro-Industrial (MAI)

Maputo, 22 de Abril de 2015

10 Anos





Contextualizacao

- Mocambique e um destino privilegiado dos investidores (Wambao, Procana/MAI, Anadarko, VALE etc);
- A maioria dos investimentos são direcionados para os sectores de agricultura, turismo, extração mineira etc. que requerem ocupação da terra e realização de estudos de Impacto Ambiental.

10 Anos





Participacao Publica

- A CRM assim como a Lei do Ambiente determinam que **é direito dos cidadãos** receber informação e participar na tomada de decisões sobre actividades que poderão afectar o meio ambiente.
- Legislação de Terras - consultas comunitárias (DUAT),
- Legislação de ambiente e de planeamento territorial-consultas publicas (EIA e Plano de Reassentamento).

10 Anos



Consultas



Objectivos

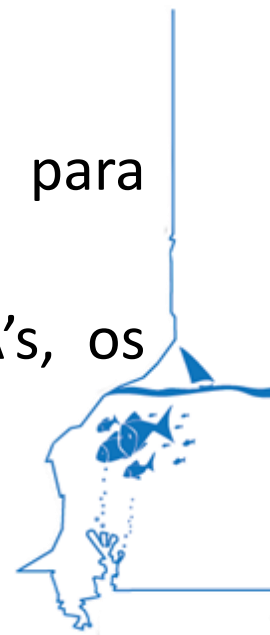
Consulta comunitária

- Confirmar se a área requerida tem ocupantes ou não;
- Salvar as áreas que as comunidades que as comunidades locais necessitam ou venham a necessitar;

Consulta publica

- Colher opiniões, contribuições e sugestões das PI&A's para serem acauteladas na implementação do projecto;
- Estabelecer um canal de comunicação entre as PI&A's, os consultores e Governo.

10 Anos



Etapas do Processo de Consulta

Previsto no QL (reuniões)	Realizado (reuniões)
<p>Realizar pelo menos duas reuniões publicas.</p> <p>1ª para prestar informação (o que, como, onde, quando etc)</p> <p>2ª para a comunidade pronunciar-se sobre a disponibilidade de área para a realização do empreendimento ou plano de exploração.</p>	<p>Foram realizadas varias reuniões</p> <p>A comunidade foi explicada sobre os aspectos positivos da consulta e realizada uma visita a Africa do Sul</p> <p>O projecto prometeu abrir 100 ha p produção de alimentos e 250 ha p produção de cana. Promessa de emprego, escolas, hospitais etc</p> <p>A comunidade mostrou se favorável ao projecto (A comunidade ficou satisfeita com o acordo)</p>

10 Anos





Formalização do Acordo

Actas de Consulta (Conteúdo e Destino previstos)

Uma copia da acta de consulta deve ser entregue a comunidade

Os assuntos discutidos e acordos estabelecidos devem constar na acta.

Indicação clara dos acordos incluindo todos detalhes necessários.

Acta de Consulta (Conteúdo e destino pratico)

Ate Junho de 2013, cerca de 2 anos apos as consultas nenhuma comunidade tinha recebido a acta (A situação mantem-se ainda). A comunidade não sabe q e um direito receber uma copia da Acta.

A acta descreve o teor das reuniões mas não indica os acordos estabelecidos

A acta não indica o período de realização dos acordos assumidos.

As comunidades estão frustradas pq querem ver o trabalho a evoluir de ambos os lados. (A empresa começou a trabalhar + não fez nada para comunidade)





CONSULTA PUBLICA

Previsto segundo o QL	Realizado
Convocar as reuniões com pelo menos 15 dias de antecedência.	
Disponibilizar informação para o <u>publico</u>	Nada foi disponibilizado
Usar meios de comunicação de maior circulação	Não vimos nenhum anuncio
Participam todas pessoas Interessadas e afectadas	Nenhum membro da comunidade ou das principais ONG's que actuam em Massingir lembram-se das reuniões.
	A empresa nunca disponibilizou nenhuma copia do EIA

10 Anos



Participação da Mulher



- Foram criados grupos de 10 pessoas/ comunidade p identificarem os limites - A mulher representa menos de 20%.
- Intervenções da mulher nas consultas - menos de 20%

10 Anos





Constatações-Resumo

- As comunidades não tiveram nenhuma preparação previa
- Acordos não formalizados nem documentados
- Compromissos difíceis de monitorar (sem prazos, responsabilidades, penalizações etc)
- Explicação clara dos benefícios do projecto e omissão dos impactos negativos
- Ocupação de terras para além dos limites acordados (Conflito com as comunidades de Chinhangane, Banga e Manhica)





Obrigado

10 Anos

